

DA “DIFERENCIAÇÃO DE ÁREAS” À “DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL”: A “VISÃO (APENAS) DE SOBREVÔO” COMO UMA TRADIÇÃO EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA LIMITANTE¹

MARCELO LOPES DE SOUZA

Departamento de Geografia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pesquisador do CNPq
mlopesdesouza@terra.com.br

RESUMO

A Geografia tem, tradicionalmente, cultivado uma espécie de “visão de sobrevôo”, analisando as sociedades e seus espaços quase sempre “do alto” e “de longe”. Essa perspectiva é, de certa forma, aquela que é *própria do Estado*. E, de fato, o aparelho de Estado sempre foi o principal “*locus de construção discursiva*” da Geografia. Raramente o “*locus de construção discursiva*” dos geógrafos de formação foram ou têm sido os movimentos sociais. Isso tem sido, justamente, ao mesmo tempo uma causa e uma conseqüência da “visão de sobrevôo”.

Não se sugere, neste trabalho, que “olhar de longe” seja algo *em si mesmo* reprovável. Afinal, o “olhar distanciado” permite que se ganhe uma perspectiva que é imprescindível e insubstituível: aquela que faculta uma “noção de conjunto” – e que permite trabalhar com as escalas da *estratégia*. O problema reside em *adotar com exclusividade* esse olhar. A solução, por conseguinte, não consiste em substituir meramente o “olhar de longe” pelo “mergulho no cotidiano”, mas sim em *combinar as escalas* (de análise e de ação) de modo a não abrir mão de nenhuma, tanto quanto *combinar os olhares* – o de perto e o de longe; aquele que

1 O presente ensaio é, com algumas alterações, a versão preliminar (e ligeiramente adaptada para funcionar como um texto autônomo) de uma seção de um trabalho maior e ainda em elaboração, cujo título provisório é “A cidade, a palavra e o poder: discurso, heteronomia e teoria e prática do planejamento urbano”. O trabalho que o leitor tem em mãos não deve ser entendido, portanto, como um texto “pronto”, mas como algo muito provisório, uma mera antecipação de certas idéias – em meio a um diálogo com a Geografia com a ajuda da Filosofia –, com as quais se deseja tanto estimular um debate quanto beneficiar-se das discussões decorrentes. O número de referências bibliográficas, aliás, foi reduzido, por razões práticas, a um mínimo. Texto que apoiou a apresentação efetuada no II Workshop do Grupo de Estudos Urbanos (GEU) em dezembro de 2006, em Brasília, DF.

permite “colocar-se de fora” (e à distância) com aquele que exige “estar dentro”.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. “Visão de sobrevôo”. Movimentos sociais. Escalas.

FROM “AREAL DIFFERENTIATION” TO “SOCIOSPATIAL DIFFERENTIATION”: “OVERVIEW THINKING” IN GEOGRAPHY AS A PROBLEMATIC EPISTEMOLOGICAL AND METHODOLOGICAL TRADITION

ABSTRACT

Geography has been a prisoner of its own epistemological and methodological constraints – and especially of a kind of “overview thinking” which prevents it from approaching the *Lebenswelten* (lifeworlds) of concrete men and women. In fact, geography’s perspective has been usually similar to that which is typical of the state apparatus, which consists precisely in considering individuals and social groups from the standpoint of an external power institution. Unfortunately and curiously, this “overview thinking” is predominant even in the case of many left-wing scholars, who have build their critical approach to capitalist society and capitalist production of space on the basis of an analysis of the role of the state and of the dynamics of capital, without paying much attention to social movements and concrete *Lebenswelten* from an insider’s perspective.

KEY-WORDS: Geography. “Overview thinking”. Social movements. Scale.

Pelo aumento de seu poder os homens pagam o preço da alienação em face daquilo sobre o que exercem poder. O Esclarecimento [Aufklärung] comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este as conhece na medida em que as manipula. O homem de ciência [Mann der Wissenschaft] conhece as coisas na medida em que pode fazê-las (HORKHEIMER e ADORNO, 2006, p. 15).

A distância do Sujeito relativamente ao Objeto, pressuposto da abstração, está fundada na distância em relação à coisa, que o senhor conquista por meio do dominado (HORKHEIMER e ADORNO, 2006, p. 19).

I

Se uma grande parcela da pesquisa urbana valoriza pouco ou inadequadamente a dimensão espacial da sociedade (problema sobre o qual não se irá discorrer aprofundadamente aqui), uma outra parcela, essencialmente vinculada à Geografia e às práticas de pesquisa desenvolvidas por profissionais com formação em Arquitetura, historicamente fez, por assim dizer, o oposto: tem privilegiado o *espaço* mais que a *produção do espaço*, desse modo negligenciando ou banalizando o estudo dos *produtores do espaço* (os atores/agentes sociais).

É bem verdade que, nas últimas três décadas, seria muito impreciso e injusto dizer que os geógrafos de formação têm negligenciado a produção do espaço em favor de estudos descritivos da organização espacial, dentro da velha tradição da “diferenciação de áreas”. (Aliás, curiosamente, algumas vezes se tem observado, em décadas recentes, até mesmo quase que o oposto, embora manifestado de modo freqüentemente caricatural: geógrafos de formação que, desprovidos de sensibilidade espacial, na prática parecem estar a bater à porta de alguma outra “corporação disciplinar” – a dos sociólogos, a dos antropólogos ou a outra qualquer –, solicitando admissão). Entretanto, não é incorrer em injustiça, mas sim constatar um fato, afirmar que a “corporação disciplinar” dos geógrafos (e mais ainda a dos arquitetos, bem como quase todos aqueles que, independentemente da formação, dedicam-se profissionalmente ao planejamento urbano a serviço do aparelho de Estado), durante muito tempo, evitou (e ainda hoje não raro evita) interessar-se e envolver-se com o estudo das relações sociais “para além de um certo limite”. Esse “certo limite” é difícil de precisar, mas nem por isso deixa de ser perceptível, e sua apreensão tem a ver, entre outras coisas, com uma *questão de escala*.

Tradicionalmente, as “profissões espaciais”, a começar pela Geografia, procedem a uma espécie de “visão de sobrevôo”² e

² As expressões “visão de sobrevôo” e “olhar de sobrevôo” são aqui usadas em analogia à expressão “pensamento de sobrevôo” (*pensée de survol*), com a qual Maurice Merleau-Ponty criticava, de um ponto de vista fenomenológico, a pretensão de um “saber onisciente” e desenraizado, típico da ciência moderna: “[a] ciência manipula as coisas e renuncia habitá-las. Estabelece modelos internos delas e, operando sobre esses índices ou variáveis, as transformações permitidas por sua definição, só de longe em longe se confronta com o mundo real” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 13). Essa crítica merleau-pontiana apresenta evidentes pontos de convergência com as considerações de Hannah Arendt a propósito da “alienação da Terra”, as quais serão recuperadas mais à frente neste texto (e apresenta, ainda, uma fundamental afinidade com o espírito da crítica de Horkheimer e Adorno contida na *Dialética do Esclarecimento*, publicada muitos anos antes, da qual foram retiradas as duas epígrafes com as quais se abriu o presente texto). A solução para o problema foi sintetizada pelo filósofo francês em uma bela passagem, bastante marcada por metáforas espaciais: “[é] preciso que o pensamento da ciência – pensamento de sobrevôo, pensamento do objeto em geral – torne a se colocar num ‘há’ prévio, na paisagem, no solo do mundo sensível e do mundo trabalhado tais como são em nossa vida, por nosso corpo, não esse corpo possível que é lícito afirmar ser

nitidamente a privilegiam, enxergando e analisando as sociedades e seus espaços quase sempre “do alto” e “de longe”, como que em uma perspectiva de “vôo de pássaro” ou, no caso de fenômenos representáveis, por meio de escalas cartográficas muito pequenas (de planisfério, por exemplo), com um distanciamento ainda maior. Essa perspectiva é, de certa forma, aquela do *olhar do Estado*, ou do olhar que é *próprio do Estado* (e basta conhecer a história da disciplina para compreender que decerto isso não é mera coincidência³): considerar os homens e os grupos “de longe”, sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação. É desse ângulo que se pode dizer que muitos pesquisadores têm negligenciado (ou banalizado) aspectos importantes do estudo dos *produtores do espaço*, mesmo nos casos em que abraçam uma perspectiva de crítica social (anticapitalista e de oposição ao Estado capitalista).

Uma tal limitação dificulta enormemente várias coisas. Uma delas é a *pequena abertura que os geógrafos de formação têm tradicionalmente demonstrado para o estudo dos movimentos sociais – para não mencionar a interação e a cooperação com esses movimentos*. Outro problema – largamente derivado, aliás, do histórico desinteresse para com os movimentos – é a *dificuldade para o pesquisador desincumbir-se da tarefa de enxergar a complexidade de interesses envolvida na disputa simbólica em torno de determinadas palavras carregadas de forte significado político e ideológico* (como “segregação”, “comunidade” e “favela”). Essa complexidade não pode ser adequadamente apreendida com base em uma “visão de sobrevôo”, que não interrogue os próprios agentes sobre as suas razões de fazerem tais ou quais usos de tais ou quais palavras. Uma perspectiva socialmente crítica não deve, necessariamente, endossar os hábitos terminológicos do cotidiano, do senso comum; pelo contrário, as freqüentes contradições embutidas nesses usos devem ser identificadas e explicitadas, ainda que sem arrogância e do ponto de vista de um *diálogo* com os atores. O que se deseja aqui salientar é que ignorar ou examinar de maneira muito perfunctória as densas teias de significados, emoções e motivações que sustentam as falas dos atores sociais é algo em boa medida contraditório com as exigências de análises e de uma *práxis* verdadeiramente emancipatórias.

uma máquina de informação, mas esse corpo atual que chamo meu, a sentinela que se posta silenciosamente sob minhas palavras e sob meus atos” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 14).

³ Fugiria à ambição deste trabalho fornecer uma lista exaustiva de obras que contribuíram para evidenciar e esclarecer as relações entre o “saber geográfico” (antes e depois de sua “disciplinarização”) e as demandas do aparelho de Estado. Recomenda-se, mesmo assim, a leitura de dois livros pioneiros: QUAINI (1983) e LACOSTE (1988).

II

Note-se que ênfase sobre a “produção do espaço” (em contraposição aos estudos que primavam pela descrição da organização espacial e negligenciavam a consideração dos agentes modeladores do espaço e seus papéis) não é, por si só, garantia suficiente de que as relações sociais serão adequadamente consideradas. Guardando a distinção ressaltada por Hannah Arendt (1983) entre o *trabalho* (que é a atividade de fabricar coisas, em que os homens estabelecem relações entre si *mediadas pelas coisas* ou, antes, *pela fabricação das coisas*) e a *ação* (que é a atividade *política* que os homens estabelecem entre si *diretamente*), pode-se indagar se mesmo a literatura assinada por geógrafos de formação nas últimas três décadas não teria, majoritariamente, *supervalorizado o trabalho e negligenciado a ação*, tendo por “filtro” ou “coador” um modo um tanto estreito de apreender o espaço e a sua “produção”. É certo que se deve fazer um pequeno (mas importante) reparo à maneira como Arendt apresentou a distinção entre o trabalho e a ação, uma vez que a política (a ação) também não se faz sem a presença condicionante, menos ou mais sutil, do espaço – das formas do substrato aos recortes territoriais, passando pelo “atrito da distância” que, mesmo com as possibilidades oferecidas pela Internet, não desapareceu e talvez nunca desapareça por completo⁴. Não obstante, não haveria um problema muito real que, ao longo de gerações e gerações, fez dos geógrafos (e aqui se faz referência especificamente à “Geografia Humana”) “cientistas sociais pela metade”? Será que, ao enfatizarem o espaço, muitos geógrafos não fizeram ou têm feito isso ao preço de negligenciarem aspectos cruciais das relações sociais? A resposta parece ser afirmativa, e o que é mais embaraçoso: nada disso é *necessário*, a não ser nos marcos de uma epistemologia positivista que esquarteja e mutila a realidade.

Os “*loci* de construção discursiva” da Geografia (bem como do Urbanismo e do planejamento urbano em geral), ou seja, os ambientes a partir dos quais seus discursos foram elaborados, sempre foram, predominantemente, o Estado e, secundariamente, o mercado capitalista; quanto aos seus “*loci* de referência discursiva”, isto é, as

⁴ Como tantos outros filósofos (e cientistas sociais), também Hannah Arendt, de algum modo, subestimou o espaço, em que pese o abundante uso, de sua parte, do termo “espaço” (como em “espaço público”) enquanto *metáfora*. Se, logo no começo do capítulo inicial de *A condição humana* ela havia deixado claro que a ação é a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria” (ARENDRT, 1983, p. 15), bem mais à frente ela é ainda mais categórica: “[o] único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens” (p. 213). Não se trata propriamente, da parte do autor do presente artigo, de discordar dessa afirmação, mas de chamar a atenção para a sua imprecisão e incompletude: afinal, a convivência entre os homens é afetada e condicionada, de múltiplas maneiras, pelo espaço concreto (organização do substrato espacial material, distância/proximidade, situação de co-presença ou não, obstáculos físicos, barreiras simbólicas materializadas em formas do substrato etc.).

instituições ou sujeitos coletivos (e seus espaços) que se convertem em objeto de conhecimento, eles sempre foram, predominantemente, também o Estado e o mercado – mesmo que, desde a década de 70, a referência ao Estado e ao capital seja, muitas vezes, para denunciar e objetar. Raramente o “*locus* de referência discursiva” da Geografia (e mais raramente ainda do planejamento urbano enquanto campo interdisciplinar) foram ou têm sido os movimentos sociais. Ainda mais raramente foram ou têm sido os movimentos sociais o “*locus* de construção discursiva” dos geógrafos, arquitetos-urbanistas e estudiosos e teóricos do planejamento urbano⁵. Isso tem sido, justamente, ao mesmo tempo uma causa e uma consequência da “visão de sobrevôo”.

Para além do “vício de formação” *político* da Geografia (“disciplina de Estado”, indo da *paidéia* conservadora-patriótica dos cidadãos à Geopolítica⁶), há também o seu “vício de formação” *epistemológico*: a tensão entre o *espaço como fator de enriquecimento da análise da sociedade* (coisa que a Geografia almeja e, em seus melhores momentos, alcança) e o *espaço como “filtro” que empobrece o estudo das relações sociais* (coisa que ocorre com frequência, levando, não raro, a análises superficiais, incompletas ou parcelares *da própria produção do espaço*⁷). A valorização da dimensão espacial, que poderia ser um *plus* intelectual, termina, nos marcos da divisão acadêmica do trabalho vigente, por ser um fator estimulante de certas análises mas, infelizmente, limitante de muitas outras (inclusive de algumas cruciais). E isso não é um problema *inerente* ao espaço, mas um problema inerente, isso sim, ao modo hegemônico de como, na pesquisa científica (pura ou aplicada), costuma-se lidar com ele. É muito comum que geógrafos “críticos” sejam críticos a propósito de muitas características do *status quo*, menos da divisão acadêmica do trabalho alicerçada no positivismo... Quantos revelaram ou revelam a coerência e o desprendimento de Massimo Quaini, que clamou, em nome do materialismo histórico, não por uma mera “interdisciplinaridade”, e muito

⁵ A incompreensão em relação aos movimentos é tão grande que a sua característica de serem, real e potencialmente, um “*locus* de construção discursiva” importante no que se refere a conhecimentos críticos sobre planejamento urbano (estratégias, contraprojetos, planos alternativos, experiências de autogestão e “autoplanejamento” etc.), elaborados de maneira total ou fortemente *endógena*, costuma ser solenemente ignorada. A intelectualidade, mesmo a de esquerda, acredita, implícita ou explicitamente, que só quem pratica planejamento urbano é o Estado, e que somente os profissionais a serviço do Estado pensam e elaboram o planejamento. Ver, sobre essa miopia e sobre o “estadocentrismo” que a determina, Souza (2006).

⁶ Várias análises relevantes e criteriosas têm ajudado a desnudar esses papéis desempenhados pela disciplina. Sejam mencionados, aqui, apenas os trabalhos pioneiros e marcantes de QUAINI (1983) e LACOSTE (1988), já citados.

⁷ A expressão “produção do espaço” se acha indescolavelmente associada à obra do filósofo Henri Lefebvre (vide, por exemplo, LEFEBVRE, 1981), a qual tem, desde os anos 70, inspirado tantos geógrafos de formação. Seria seguramente injusto, contudo, culpar Lefebvre pelos reducionismos e simplificações encontráveis na literatura geográfica por conta do aludido vício epistemológico.

menos por uma “patriótica” fidelidade disciplinar, mas por uma “*adisciplinaridade*”? (QUAINI, 1979, p. 51)⁸... (“Adisciplinaridade” que, ressalte-se, não se confunde com qualquer “complexo de inferioridade disciplinar” ou com as daí decorrentes tentativas de adesão a outras “corporações disciplinares”, conforme mencionado no segundo parágrafo deste ensaio).

A expressão (e a tradição da) “diferenciação de áreas” (*areal differentiation*), “modernizada” no âmbito da “*new geography*” como “diferenciação espacial” (*spatial differentiation*) e, depois, como “diferenciação socioespacial” (*sociospatial differentiation, différenciation socio-spatiale, sozialräumliche Differenzierung*), simboliza a limitação ora apontada. Mesmo admitindo problemas com a expressão “diferenciação de áreas” para definir a “essência” da Geografia (visto que essa expressão poderia levar a confusões), Richard Hartshorne subscreveu, no entanto, o que de fundamental havia por trás desse modo de conceituação: o papel da Geografia como (e aqui Hartshorne invoca o próprio La Blache, decano da Geografia tradicional francesa) uma “ciência dos lugares” (HARTSHORNE, 1978, p. 13 e segs.).

Decorridos quase noventa anos após a morte de Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e quase cinquenta anos após a publicação do supracitado livro de Hartshorne, o que mudou na Geografia?

Em alguns sentidos, muita coisa mudou; no que toca à “visão de sobrevôo”, no entanto, pouca coisa parece ter mudado, no geral. A “revolução quantitativa” da década de 60 não alterou o essencial do problema. A substituição, em meio à polêmica com Hartshorne e com toda a tradição clássica, da ênfase na “*uniqueness*” pela busca por regularidades, deu margem a um enorme interesse pela busca de processos e leis gerais e pela construção de modelos de organização, interação e difusão espacial; ademais, e em decorrência, a expressão “diferenciação espacial”, sugerindo que *casos individuais* não deveriam mais ser vistos como “únicos” (singulares), assumiu o lugar da “hartshorniana” “diferenciação de áreas”. Entretanto, o muito maior grau

⁸ Entendendo não ser a recusa em legitimar as fronteiras disciplinares um privilégio do materialismo histórico, mas sim uma qualidade necessária do pensamento crítico em geral, o autor do presente artigo referiu-se e adotou essa expressão de Quaini já em trabalho muito anterior (SOUZA, 1988, p. 39, nota 37). Pelo que ele sabe, porém, a sugestão de Quaini jamais encontrou muita ressonância – nem mesmo entre os geógrafos autoproclamados marxistas. Pode-se dizer que praticamente “caiu no vazio”. Quanto à *coerência* de Quaini, seja permitido invocar, para o caso de dúvida, o pensamento de Georg Lukács: “Marxism... simultaneously raises and reduces all specialisations to the level of aspects in a dialectical process. This is not to deny that the process of abstraction and hence the isolation of the elements and concepts in the special disciplines and whole areas of study is of the very essence of science. But what is decisive is whether this process of isolation is a means towards understanding the whole and whether it is integrated within the context it presupposes and requires, or whether the abstract knowledge of an isolated fragment retains its ‘autonomy’ and becomes an end in itself. In the last analysis Marxism does not acknowledge the existence of independent sciences of law, economics or history, etc.: there is nothing but a single, unified – dialectical and historical – science of the evolution of society as a totality” (LUKÁCS, 1971, p. 28).

de abstração não colaborou para amenizar a utilização do espaço como um “filtro” ao se lidar com as relações sociais, tampouco para amenizar a “visão de sobrevôo” – pelo contrário⁹.

No fundo, talvez nem mesmo as primeiras duas décadas após a “virada crítica” do início dos anos 70 assistiram a qualquer mudança significativa no que concerne a superar a “visão de sobrevôo”, visto que mesmo essa “Geografia crítica” ou “radical” continuava a superenfatizar o *trabalho* em detrimento da *ação*, as *estruturas* em detrimento dos *agentes/das agências*, a *economia* em detrimento do *imaginário* – e, em grande parte, até mesmo da *política* – e o *capital* e o *Estado* em detrimento dos *movimentos sociais*¹⁰. É de justiça, todavia, admitir que a Geografia “crítica” (e também a “não-crítica”) tornou-se muito mais plural e complexa a partir dos anos 90, assim como é de justiça admitir que, na esteira da “virada crítica”, a Geografia (Humana) começou a se (re)construir mais nitidamente como uma “disciplina” integrante do campo das ciências sociais (e não mais como uma “ciência espacial” à parte), o que vem se mostrando como uma tendência altamente promissora. E, apesar disso, “freios epistemológicos” continuam a se fazer presentes, de algum modo, embora com menor força.

Um desses “freios epistemológicos” é a assunção tácita de que aos geógrafos de formação interessariam, sim, as práticas dos atores

⁹ William Bunge, no prefácio à segunda edição de seu *Theoretical Geography*, obra marcante da “fase inaugural” da “revolução quantitativa”, chega ao ponto de afirmar, concordando e retomando W. Pattison, que a Geografia, “[...] among all sciences, is the most literal. When a geographer says ‘up,’ he means ‘up,’ not socially uplifted or feeling perky. ‘Left’ is a direction, not a political inclination. Geography is the only predictive science whose inner logic is literally visible” (BUNGE, 1973, p. XIV). Como se o objeto de conhecimento fosse, nesse campo em particular (e diferentemente de todos os demais), “dado”, e não construído; e como se fosse razoável desdenhar as relações sociais (ou como se fosse possível fazer isso sem pagar o preço da superficialidade enquanto ciência social). Outro ilustre exemplo trazido por Bunge é o do pioneiro Fred Schaefer, que teria deixado claro desde o início que o geógrafo deveria ocupar-se de processos *espaciais*, mas não de processos sociais “não-geográficos” (BUNGE, 1973, p. 210) – sem que se levasse em conta que a compreensão adequada da dimensão espacial da sociedade também exige, muitas vezes, o conhecimento de dinâmicas e relações sociais não direta ou imediatamente espacializadas.

¹⁰ Quaini, examinando o longo período anterior à “disciplinarização” acadêmica da Geografia, parece depositar esperanças excessivas de que se aquilo que ele chama de uma linhagem Rousseau/Marx, representante dos “fundamentos da Geografia Humana como ‘ciência subversiva’”, tivesse prosperado e tido uma maior chance (em detrimento da linhagem que vai de Botero e Vauban à “Geografia ‘estatística’ e conservadora”, que efetivamente se impôs), a história do “saber geográfico” teria sido outra (cf. QUAINI, 1983, p. 97 et. seq.). É lícito suspeitar, no entanto, em face das limitações da “Geografia crítica” ou “radical” dos anos 70 e 80 (de corte marxista em sua quase totalidade, e da qual Quaini foi um ilustre representante), ou por simples dedução a partir do “estadocentrismo” da tradição marxista típica, de que, no que diz respeito ao cultivo do “olhar de sobrevôo”, a história dessa disciplina não teria, provavelmente, sido tão diferente assim. Seria de se esperar algo muito diferente, isso sim, se uma linhagem importante tivesse se desenvolvido a partir de Kropotkin e Réclus. Isso não só não ocorreu, como as tradições e matrizes político-filosóficas libertárias (anarquismo, autonomismo) permaneceram, durante os anos 70 e 80, quase que inteiramente deixadas de lado no interior da “Geografia crítica” ou “radical”.

sociais, *mas somente as “práticas espaciais”*, enquanto que aquelas que não são (*diretamente*) “espaciais” deveriam ser deixadas para outros estudiosos – sem que se perceba ou queira perceber que a compreensão adequada das causas, motivações e dinâmica das “práticas espaciais” amiúde requer que se examinem as “práticas não (*diretamente*) espaciais”, sendo muito arbitrário e formalista pretender traçar aprioristicamente uma linha divisória a separar o que se precisa daquilo que não se precisa levar em conta. É desconcertante verificar que, quanto a isso, a proximidade entre muitos geógrafos “críticos” ou “radicais” e seus colegas neopositivistas da época da “revolução quantitativa” (vide, a propósito, o juízo categórico de Fred Schaefer mencionado na nota 6) é maior do que muitos imaginam ou gostariam que fosse. Poderiam a expressão “diferenciação socioespacial” e o raciocínio subjacente, nos dias que correm, ser tomados, de maneira análoga, como equivalentes (pós-)modernos da velha “diferenciação de áreas” ou da “diferenciação espacial” dos neopositivistas, em que pesem as suas particularidades?...

III

De novo Hannah Arendt: ao refletir sobre o significado social mais amplo e as implicações da ciência moderna, ela chamou a atenção para a busca dos cientistas, na Era Moderna (desde Copérnico e Galileu), por um “ponto arquimediano fora da Terra”, que ela também denominou “alienação da Terra” (ARENDDT, 1983, p. 269 e segs.). Vale a pena reproduzir ao menos uma das muitas passagens lapidares de sua reflexão:

É próprio da natureza da capacidade humana de observação só poder funcionar quando o homem se desvencilha de qualquer envolvimento e preocupação com o que está perto de si, e se retira a uma distância de tudo o que o rodeia. Quanto maior a distância entre o homem e o seu ambiente, o mundo ou a Terra, mais ele pode observar e medir, e menos espaço mundano e terreno lhe restará. O fato de que o apequenamento definitivo da Terra foi conseqüência da invenção do aeroplano, isto é, de ter o homem deixado inteiramente a superfície da Terra, como que simboliza o fenômeno geral de que qualquer diminuição de distâncias terrestres só pode ser conquistada ao preço de colocar-se uma distância definitiva entre o homem e a Terra, de aliená-lo do seu ambiente imediato e terreno (ARENDDT, 1983, p. 263).

Olhar a Terra “de fora”, à distância, como sendo o apanágio da ciência e cada vez mais possível graças à tecnologia: ora, não seria isso que a Geografia, “ciência dos lugares”, “ciência do espaço”, tipicamente fez e faz? E não vem daí a limitação auto-imposta no que tange à valorização *analítica e política* dos atores/agentes *em seu cotidiano*, mergulhados em seus *mundos da vida* (os *Lebenswelten* da tradição

fenomenológica, posteriormente retomada e recontextualizada por Habermas), produtores de seus “*saberes locais*” (Geertz), construtores das e enredados nas *teias de tantas “microfísicas do poder”* (Foucault), produtores e reprodutores de “*significações sociais imaginárias*”? (Castoriadis)¹¹. Mesmo uma “Geografia Cultural” e uma “Geografia Humanística”, se se ocuparem mais com os *produtos* culturais (com a “cultura material”) que com as interações entre os atores, e se “psicologizarem” e “culturalizarem” a “percepção espacial”, negligenciando, na construção do objeto, as *práticas políticas* dos atores (ou, antes, a *dimensão política de suas práticas*), estarão avançando pouco na direção de romper com a “visão de sobrevôo” que decorre da “alienação da Terra”. “Alienação da Terra” essa que, decerto, é própria da ciência moderna *em geral* e de sua usual desvalorização do cotidiano e do “saber local”, mas que a Geografia e o planejamento urbano têm representado e assumido *por excelência*.

Para a discussão central do presente artigo, a “alienação da Terra” mostra-se como uma limitação epistemológica em sua plenitude (de um modo que temas isolados como “modelos de localização industrial” ou “padrões de segregação residencial”, em si mesmos indiscutivelmente relevantes, não evidenciarão): como interrogar, questionando criticamente mas sem arrogância, os *discursos dos atores* e as *palavras no contexto cotidiano dos discursos*, sem adentrar os “mundos da vida”, sem explorar o senso comum e suas contradições, sem descer das alturas que permitem a perspectiva “vôo de pássaro” e o tratamento em escala global, nacional, regional e mesmo local, chegando à escala do pequeno assentamento ou da habitação, cartograficamente traduzível por escalas como 1:1.000, 1:500 e até maiores? Como adentrar os “mundos da vida” sem descer à escala geográfica daquilo que o autor chamou (cf. SOUZA, 2006, p. 317-8) de escala dos “nanoterritórios” – ou seja, à escala das casas, das praças, das ruas, das fábricas? Sem descer à escala das pessoas amontoadas ao relento nas calçadas ou embaixo dos viadutos, à escala das celas e dos diversos espaços de uma penitenciária, à escala da faina diária dos ambulantes, à escala dos espaços do trabalho das prostitutas fazendo seu *trottoir* noturno?... Não basta chegar ao nível “microlocal”, ao nível do bairro ou do sub-bairro; pois, nessa escala, o “intraurbano” permanece apreendido excessivamente “do alto”, “de cima” – como se, mesmo denunciando-se o Estado, fosse emulado (insista-se) o olhar que é próprio do Estado, que é um “olhar de sobrevôo”. E, a partir de um “olhar de sobrevôo”, mesmo o trabalho de campo (apanágio da

¹¹ Fazer alusão a Habermas, Geertz, Foucault e Castoriadis constitui apenas um pequeno tributo, visto que foram utilizadas expressões indelevelmente vinculadas às suas obras; não se irá fornecer agora nenhuma detalhada bateria de referências sobre os quatro, porquanto também não se fez isso em outros momentos deste ensaio exploratório. Somente a título de indicações básicas sejam, todavia, mencionadas as seguintes obras-chave: HABERMAS, 1988; GEERTZ, 2000; FOUCAULT, 1984; CASTORIADIS, 1975.

Geografia desde sempre!), com as observações *in loco* e as entrevistas ou questionários, tenderão a não permitir que se mergulhe no cotidiano. Bate-se à porta, mas não se adentra a casa; teme-se (teme-se?) adentrá-la. Será por acaso que *pesquisas participantes* são ainda raras na Geografia?... Será por acaso que a pesquisa-ação (*recherche-action*) é quase uma desconhecida?¹²...

Para evitar mal-entendidos: não se pretende sugerir que “olhar de longe” seja *sempre* ou *absolutamente* algo ético-politicamente reprovável. Pensar assim equivaleria a incorrer em um obscurantismo de colorido demagógico, de vez que o “olhar distanciado” permite que se ganhe uma perspectiva que é imprescindível e insubstituível: aquela que permite uma “noção de conjunto”, que faculta a apreensão das “grandes linhas”... enfim, que permite trabalhar com as escalas da *estratégia*. Como lapidarmente ponderou Byron Miller, “[t]o view the world from up close provides an intimacy and experiential richness that is crucial to understanding human actors, but may blind us to the powerful institutional and structural forces in which they act” (MILLER, 2000, p. xi-xii). O problema reside em *entronizar* ou mesmo em *adotar com exclusividade* o “olhar de longe”. E a solução, por conseguinte, não consiste em substituir meramente, de maneira absoluta, o “olhar de longe” pelo “olhar de perto”, pelo “mergulho no cotidiano”, mas sim em *combinar as escalas* (de análise e de ação) de modo a não abrir mão de nenhuma, nem mesmo da dos “nanoterritórios” e dos pequeníssimos lugares quotidianos, tanto quanto combinar os olhares – o de perto e o de longe, aquele que permite “colocar-se de fora” (e à distância) com aquele que exige “estar dentro”. Assim procedendo, o “olhar de longe” será redimido de sua arrogância por meio do entrosamento solidário com o “olhar de perto/de dentro”.

Por fim: ao debruçar-se sobre os movimentos sociais, considerando-os a partir das práticas quotidianas das suas organizações e dos sujeitos que integram as suas bases sociais, qual deve ser a posição de uma *ciência crítica* perante o senso comum? Retornando e insistindo sobre um ponto já tangenciado ao final da seção I, convém grifar que um olhar *generoso* (ou mesmo *amoroso*) e *não-arrogante* não pressupõe ausência de crítica e distanciamento; pelo contrário, pressupõe estar alerta para o fato de que o senso comum possui *limitações intrínsecas* (como a *própria ciência, aliás, também possui*). Entre essas limitações se encontram a *não-reflexividade sistemática*, o fato de ele ser *bastante permeável à ideologia dominante e a preconceitos/estereótipos*, o seu *horizonte geográfico restrito* (muitas vezes local, com pouca ou nenhuma informação refinada e qualificada sobre processos em outras escalas) e, ademais, o fato de que ele *nada tem de infalível*...

¹² A pesquisa-ação pode ser entendida como uma modalidade particularmente engajada de pesquisa participante. Uma visão panorâmica e introdutória sobre ela pode ser encontrada em Thiollent (2005).

Ou seja: ultrapassar os limites da “visão de sobrevôo” nada tem a ver com ignorar a necessidade de cultivar algum tipo de distanciamento *metodológico* (não confundir com distanciamento *afetivo* e *político*), sem o qual se cai prisioneiro, por simpatia e ingenuidade, do senso comum, com isso não sendo mais possível perceber as contradições que este abriga (inclusive de natureza ideológica). O *diálogo crítico* com a sociedade civil é um *diálogo tenso*, o que não quer dizer que não seja ou possa ser construtivo, fecundo e emancipatório. O papel dos intelectuais e pesquisadores é, muitas vezes, o de serem “desmancha-prazeres”; eis sua grandeza e sua servidão. Apesar disso, parece ser esse o caminho para a passagem do exame da “diferenciação *socioespacial*” (ou seja, da diferenciação *do espaço social*) para a “diferenciação *sócio-espacial*” em sentido mais pleno (ou seja, da diferenciação *das relações sociais e do espaço social, e dos vínculos entre ambos*)¹³. Esse parece ser o caminho mais frutífero e coerente para transcender, de uma perspectiva crítica, tanto o “objetivismo” quanto o “subjetivismo” – e para cada pesquisador permitir-se interagir com os sujeitos/agentes/atores em uma escala verdadeiramente humana.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983 [1958].
- BUNGE, William. *Theoretical Geography*. 2. ed. Lund: C. W. K Gleerup, 1973 [1962].

¹³ O adjetivo *socioespacial* significa: *referente ao espaço social*, já o adjetivo *sócio-espacial* quer dizer: *referente ao espaço social e às relações sociais*. Ambas as formas são abonadas pelas regras constantes do *Formulário da Academia Brasileira de Letras* (transcrito sem alterações, na parte concernente ao “hífen”, na reputada *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha LIMA [1987, p 51]), conquanto uma interpretação apressada, tomando por analogia vocábulos dicionarizados como *socioeconômico* e *sociopolítico*, sugira que se dispensa o hífen depois do elemento de composição “socio”. Como se vê, *isso depende das circunstâncias*, e é no mínimo arriscado esperar que revisores de português resolvam problemas e encontrem soluções que têm a ver com assuntos de ordem *conceitual*. Na realidade, é indispensável o hífen nos casos em que os elementos prefixais não perdem sua individualidade morfológica, como “austro-húngaro”, “dólico-louro” e outros. Percebe-se, assim, que um simples hífen pode fazer enorme diferença: a diferença entre fazer referência apenas ao espaço e fazer referência simultaneamente às relações sociais que produzem e dão vida ao espaço, ao mesmo tempo em que são por ele condicionadas.

CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984 [1979].

GEERTZ, Clifford. *Local Knowledge*. Further Essays in Interpretive Anthropology. 3. ed. New York: Basic Books, 2000 [1983].

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*. 4. ed. Frankfurt (Meno): Suhrkamp, 1988 [1981]. 2 v.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978 [1959].

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialektik der Aufklärung*. Philosophische Fragmente. 16. ed. Frankfurt (Meno): Fischer, 2006 [1947].

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1988 [1976].

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1981 [1974].

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 28. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987 [1972].

LUKÁCS, Georg. The Marxism of Rosa Luxemburg. In: _____. *History and Class Consciousness*. Studies in Marxist Dialectics. Cambridge (MA): The MIT Press, 1971 [1922].

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito* (seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne). São Paulo: Cosac & Naify, 2004 [1961].

MILLER, Byron A. *Geography and Social Movements*. Comparing Antinuclear Activism in the Boston Area. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 2000.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1974].

_____. *A construção da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1975].

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Espaciologia": uma objeção (Crítica aos prestigiamentos pseudocríticos do espaço social). *Terra Livre*, São Paulo, n. 5, p. 21-45, 1988.

_____. *A prisão e a ágora*. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Recebido em 03/06/2007

Aceito em 21/09/2007